



JUVENTUDE DO BAIRRO PEDRINHAS: O SENTIDO DE SER IDENTIFICADA E IDENTIFICADO COMO “BANDIDO” E “CLASSE PERIGOSA”

Carmelucia Santana de Souza¹

O tema escolhido para a pesquisa resultou da experiência profissional desenvolvida com a política da criança e do adolescente no município de Vitória da Conquista-BA. A escolha da temática relacionada às memórias dos adolescentes do bairro Pedrinhas, da cidade de Vitória da Conquista, BA, decorreu também por ouvir, cotidianamente, de pessoas da sociedade conquistense que “as Pedrinhas é um bairro muito violento e que moram lá muitos marginais”. É comum circular na mídia local matérias que quando abordam aquele bairro, noticiam apenas questões referentes à criminalidade.

Tomamos como referência para este estudo os adolescentes inseridos na Associação de Amigos da Pastoral do Menor (AAPM) do bairro Cruzeiro, comumente confundido com as Pedrinhas.

O artigo analisa que, no Brasil, o público infanto-juvenil, negro e morador de bairros periféricos foi e continua sendo tratado como diferente por conta da sua condição socioeconômica. E o termo “menor”, no decorrer do tempo, continua sendo utilizado para nomeá-lo como “classes perigosas”, mesmo após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Assim, historicamente, sempre foi encontrada uma denominação específica para diferenciá-lo das crianças e dos jovens de outra realidade, questão esta reforçada pelo discurso midiático, em âmbito nacional. A pesquisa trata sobre os jovens inseridos e egressos da Associação de Amigos da Pastoral (AAPM)², Instituição que mediou o contato com os jovens entrevistados nesta pesquisa, está situada no bairro Cruzeiro da cidade de Vitória da Conquista, estado da Bahia, popularmente, conhecido por Pedrinhas; denominação que usamos para identificar a localidade onde vivem os referidos jovens. Os quais afirmam que, por serem moradores do espaço urbano mencionado, são percebidos como pessoas perigosas, como bandidos. Em 2014 realizamos nosso estudo de campo e utilizamos como recurso metodológico as narrativas de jovens, suas identidades foram preservadas e seus nomes são fictícios. Para tanto, usamos a entrevista semiestruturada

1 Mestra em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Endereço eletrônico: carmelucial@hotmail.com

2 No decorrer de nossa pesquisa, em 2014, a AAPM mudou sua razão social e passou, segundo a Sra. Lícia Tavares, a ter uma nova denominação: Instituto Social Pe. Benedito Soares. A mudança se efetivou em 18/08/2014, conforme registro em seu Estatuto.



com doze (12) jovens, seis (6) do sexo feminino e seis (6) do sexo masculino, desses, dez (10) são egressos da AAPM e dois (2) atendidos. Também entrevistamos diretores da Associação, estudiosos da história regional e uma líder comunitária. Além disso, buscamos fontes documentais, tais como: documentos do arquivo da AAPM, do Arquivo Público Municipal, do arquivo da Arquidiocese de Vitória da Conquista.

Desse modo, o interesse desta pesquisa foi estudar as memórias que os adolescentes, moradores do bairro Pedrinhas, inseridos na AAPM, constroem sobre os significados de pertencerem àquele bairro periférico e, ao mesmo tempo, buscar identificar quais são as estratégias que esses sujeitos utilizam em seu cotidiano para garantir direitos numa sociedade marcada por diferenças e desigualdades sociais.

O estudo teve como objetivo avaliar as visões de morar no bairro Pedrinhas, construídos por jovens da Associação de Amigos da Pastoral do Menor, através da análise de suas narrativas e da sua relação com as memórias locais. Assim, procuramos apreender as expressões de violência vivenciadas pelos adolescentes do bairro Pedrinhas, tendo em vista que este fenômeno se configura e se expressa através dos tempos, reforçando diferenças e exclusões sociais; analisar de que modo a violência interfere na elaboração de suas estratégias de sobrevivência e no campo de suas memórias e verificar as formas de reação dos adolescentes quanto à sua condição de “diferentes” frente a uma sociedade tão desigual.

Na sociedade brasileira, geralmente, os filhos das famílias de maior poder aquisitivo são identificados como crianças, adolescentes e jovens, mas os filhos oriundos de famílias de baixa renda são tratados como menores, pivetes, delinquentes, vagabundos e/ou bandidos. Questão que os colocam à margem da sociabilidade no universo da cidade.

O discurso da minoridade, segundo Fernandes (1985), teve sua origem, no Brasil, a partir da Medicina Legal. Os “menores”, considerados incapazes pelo Código Civil de 1916, estão equiparados às mulheres e aos silvícolas, no entanto, em 1927 foi criada a primeira lei brasileira específica para a infância e adolescência, o primeiro Código de Menores que, para Coimbra e Nascimento (2003), a adesão entre médicos e juristas da época possibilitou a sua criação, demarcando os parâmetros legais para este segmento populacional.

Com o referido Código, o termo “menor” passa a nomear menores de idade de quaisquer classes sociais, no entanto, na prática, apenas os das classes populares passaram a ser encarados como menores, dentro da prerrogativa da Lei. Segundo Coimbra e Nascimento (2003), este traço está presente nas subjetividades dos brasileiros e se impõe, ainda, na contemporaneidade, mesmo após o ECA ter retirado o conceito de “menor”³ da

3 Os termos utilizados, a partir de 1990, passam a ser criança, adolescente, infância e juventude.



legislação.

Enfatiza a autora que nomear os filhos de famílias pobres, negras, moradores de favelas⁴ ou de bairros periféricos de “menor” exige um apanhado histórico da realidade socioeconômica que determina a situação da infância [adolescência e juventude⁵] no país. Com essa instituição, há, certamente, o propósito de diferenciar os “pobres” das pessoas que têm melhores condições de vida, mote que ratificamos com a afirmação da referida autora: “o que faz de um, menor, e de outro, adolescente é a classe social, [a condição étnico-racial, entre outras] a que pertencem, e o que os diferenciam é a maneira como é vivida a sua infância e adolescência” (FERNANDES, 1985, p. 26). Desse modo, os jovens negros, pobres, moradores de espaços urbanos periféricos e, principalmente, do sexo masculino são sempre identificados com estereótipos: com bandidagem⁶.

Coimbra e Nascimento ressaltam que, no Brasil, país que traz como herança a escravidão, o controle das virtudes exercerá, em sua população, um papel basilar na composição das percepções e subjetividades sobre a pobreza. Nesse contexto, a Medicina passou “a ordenar o modelo ideal de família nuclear burguesa” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2010, p. 4). Para as autoras, teorias racistas e eugênicas, que, na Europa, despontaram no século XIX, combatiam as misturas raciais, pois as avaliavam como criadoras de enfermidades, tanto físicas quanto morais. Assim, configurações consideradas apropriadas e características tramadas sobre a pobreza e sobre os “pobres” determinavam que esses deveriam ser.

A pesquisa seguiu o método qualitativo: os instrumentos, técnicas e os tipos de abordagem se respaldaram nesta escolha, tecendo a memória dos moradores juvenis, de 15 a 27 anos de idade, atendidos ou egressos da Instituição já mencionada. Para tanto, utilizamos como critérios de seleção dos entrevistados a idade, o gênero, o fato de estar frequentando o espaço institucional e ser egresso da AAPM. Entrevistamos doze jovens,

4 Segundo Davis, as favelas “[...] se caracterizavam por um amálgama de habitações dilapidadas, excesso de população, doença, pobreza e vício. [...] a dimensão moral era decisiva e a favela era vista, acima de tudo, como um lugar onde um ‘resíduo’ social incorrigível e feroz apodrecia em um esplendor imoral e quase sempre turbulento” (DAVIS, 2006, p. 33).

5 Acrescentamos essas duas categorias porque elas têm sido o foco de atenção da sociedade brasileira na contemporaneidade. Os filhos das classes trabalhadora são associados com periculosidade e criminalidade, por isso, o “ânimo” acirrado da discussão atual sobre a redução da maioridade penal no Brasil. A segunda categoria, especificamente, é o ponto de partida de nossa pesquisa empírica.

6 Podemos pensar que, na contemporaneidade, a utilização de estereótipos para identificar os jovens das classes populares, constitui-se em um fato que se aproxima da denominação de “classes perigosas” usada no século XIX na Europa. De acordo com Chalhoub (1996, p. 20), a expressão era empregada “[...] claramente no sentido de um grupo social formado à margem da sociedade civil”. No Brasil, o contexto histórico no qual foi adotada a noção de “classes perigosas” fez com que a população negra, desde o início, fosse identificada como a principal suspeita.



sendo seis do sexo feminino e seis do sexo masculino. Como recurso metodológico, utilizamos com os jovens, com os diretores da Associação, com estudiosos da história regional e com uma líder comunitária, entrevista semiestruturada. Além disso, buscamos fontes documentais, tais como: documentos do arquivo da AAPM, do Arquivo Público Municipal, do arquivo da Arquidiocese.

Concluimos que a mídia na sociedade brasileira, deixa de operar a importância social da comunicação quando não contribui na perspectiva de questionar e divulgar a realidade do público juvenil na relação com a violência, seja por parte da sociedade, seja na relação com o poder público. Porém, tem contribuído, efetivamente, para formar a opinião sobre a juventude, especificamente, sobre os jovens do universo tratado nesse artigo. Portanto, os meios de comunicação, valendo-se dos dados estatísticos sobre a criminalidade da população jovem no país, têm colaborado para acirrar a campanha sobre a redução da maioridade penal, mas, de um público específico, a do segmento social composto por jovens pobres, negros e habitantes de espaços urbanos periféricos, como se o único lugar para eles tenha que ser a prisão e o presídio como solução para o caos criado pelo sistema vigente na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Juventude. Periferia. Bandido. Mídia.

REFERÊNCIAS

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril:** cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

COIMBRA, Cecília M. B.; NASCIMENTO Maria Lúvia do. Jovens pobres: o mito da periculosidade. In: FRAGA, Paulo; IULIANELLI, Jorge. **Jovens em tempo real.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003. Disponível em: <www.docslide.com.br>. Acesso em: 27 jul. 2015.

COIMBRA, Cecília M. B.; NASCIMENTO Maria Lúvia do. Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? **Jovens, Revista de Estudos sobre Juventude.** México, v. 9, n. 22, p. 338-355, 2010.

DAVIS, Mike. **Planeta favela.** Tradução Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.



XII COLÓQUIO NACIONAL E V COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO



26 A 29 DE SETEMBRO DE 2017

ISSN: 2175-5493

FERNANDES, Éclea. A questão social do menor- depoimento de um ex-presidente da FUNABEM. **Revista Serviço e Social & Sociedade**, ano VI, n.19, dez. 1985.